

Prorrogação fica muito difícil

Arquivo 28/7/87

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) apresentou, ontem, à Mesa da Constituinte projeto de decisão com 456 assinaturas que mantém as normas atuais para as eleições municipais previstas para este ano. O quorum para a aprovação do projeto é de maioria simples, metade mais um dos presentes em plenário, mas se a proposta obtiver 280 votos ficarão prejudicadas, automaticamente, todas as emendas que visem a prorrogação do pleito municipal.

Segundo o autor da iniciativa, a vantagem do projeto de decisão em relação ao projeto de lei sobre o mesmo assunto que está sendo elaborado pelas lideranças partidárias, é que o primeiro é definido exclusivamente no âmbito da Constituinte, enquanto o segundo precisa ser aprovado na Câmara e no Senado e ainda passar pela sanção do presidente da República.

Arnaldo Faria de Sá explicou ainda que a sua proposta poderá estar aprovada em 30 dias "se o Ulysses quiser", referindo-se ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães a quem caberá colocar o projeto na ordem do dia para votação. A partir de hoje, começam a contar os cinco dias que o relator Bernardo Cabral tem para dar seu parecer sobre a matéria.

Desejo

"O número elevado de assinaturas que o projeto conseguiu em um curto espaço de tempo — o deputado informou que começou a recolher o apoio para a proposição na segunda-feira passada —, mostra o desejo da grande maioria da Constituinte de rejeitar as emendas prorrogacionistas", estimou Faria de Sá.

Ainda ontem, o deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PFL-SP) anunciou que conta com 175 assinaturas de parlamentares para o seu "Manifesto contra a prorrogação de mandatos". Ao criticar as articulações visando a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, o documento destaca que os prefeitos já tiveram seus mandatos estabelecidos em seis anos, "o que se apresenta como um fato merecedor de fortes ressalvas".

Por sua vez, o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, e encarregado pelos líderes partidários de relator do substitutivo que regulamenta as eleições municipais a ser votado pelo Congresso Nacional, disse que a ameaça de prorrogação morreu antontem quando todos os líderes decidiram regulamentar o pleito deste ano. Ibsen recebe até hoje as sugestões dos partidos para a redação da matéria.

Arquivo 25/9/87



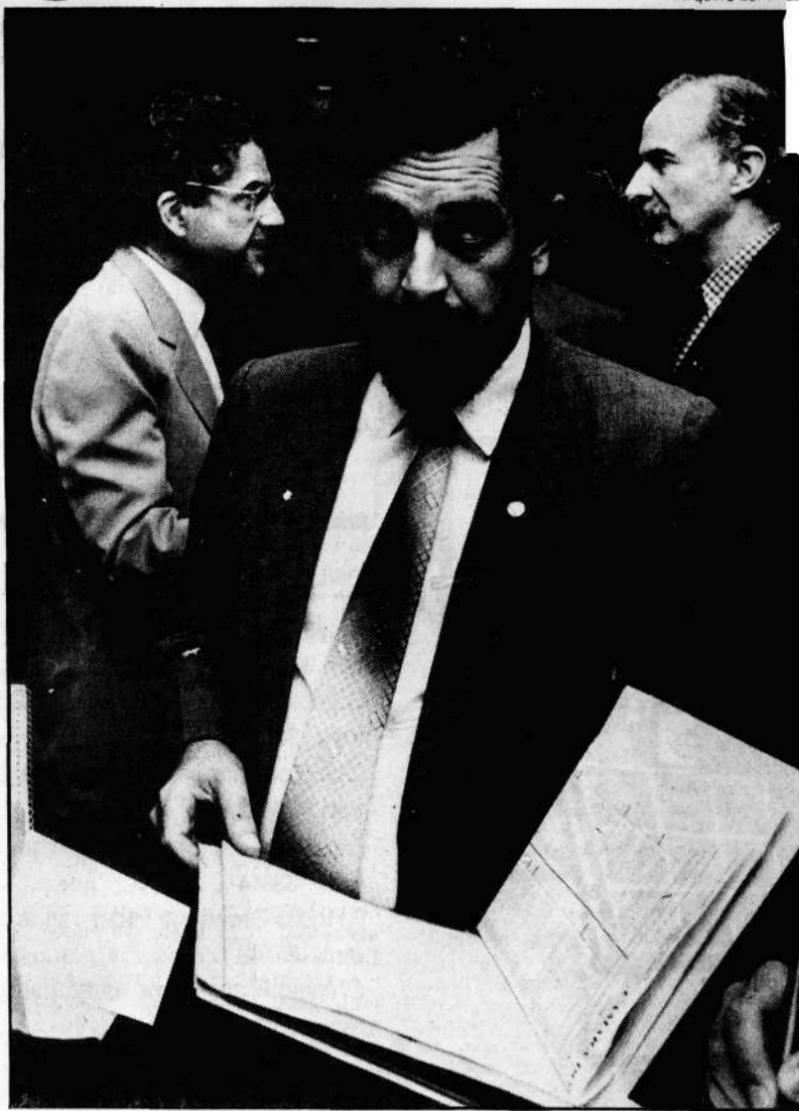
Fortes propõe a prorrogação

Para Pozza, a lei deve ser cumprida

"Sou contra a diminuição ou prorrogação de qualquer mandato". É o que afirma o deputado federal Darcy Pozza (PDS-RS), que não admite nem que se reduza o mandato do presidente José Sarney de cinco para quatro anos nem que se prorrogue por um ano os mandatos dos atuais prefeitos de municípios e das capitais estaduais.

Na sua opinião, os dirigentes brasileiros precisam aprender a respeitar as próprias leis que fazem ou ajudam a cumprir. "Não podemos reduzir ou prorrogar mandato graças ao casuismo, ao sabor de interesses particulares", conta o congressista, disposto a optar pela rejeição da emenda do deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) se vier a ser votada em plenário.

"É importante que os homens públicos comecem a se submeter às leis que redigem. Precisamos começar a qualquer hora isso, então, porque não agora", diz o constituinte. Ele esclarece que a vontade do povo deve ser respeitada. "E, sem dúvida alguma, — reconhece — o povo quer eleições municipais em 15 de novembro".



Arnaldo Sá conseguiu o apoio de 456 deputados e senadores

"Históricos" mudam documento e querem obter mais adesões

O documento que oficializa o rompimento do grupo dos históricos do PMDB com o Governo do presidente José Sarney será alterado. Os parlamentares que o elaboraram estão dispostos a retirar o trecho que condiciona a permanência do grupo no partido a realização de eleições presidenciais ainda este ano. Até ontem já haviam sido coletadas 81 assinaturas — sendo 23 de senadores —, mas os coordenadores do movimento acreditam que o número total pode ser maior, já que a conferência das três listas de adesão é feita pela manhã.

O documento, que tem pouco mais de 50 linhas e está sendo mantido em completo sigilo, sofrerá essa alteração para possibilitar a adesão de peemedebistas que são favoráveis ao rompimento com o Governo, mas não estão dispostos a abandonar a legenda. Com isso, os coordenadores acreditam que poderão conseguir mais de 100 assinaturas de apoio superando, assim, a expectativa inicial que era de 80 adesões.

A mudança do texto, que segundo seus redatores é "ambivalente", permitirá, no entanto, que os parlamentares que estão dispostos a abandonar o partido o façam, caso o PMDB não decida em sua convenção nacional formalizar a oposição ao Governo Sarney. Deixa a vontade também os parlamentares que servem de sustentação ao governador de seu Estado — que

estão apoiando o movimento — e, por isso, não podem se desligar do partido no momento.

Conteúdo

Além de anunciar o rompimento com Sarney, o documento que foi redigido durante uma reunião entre os senadores paulistas Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, José Richa (PR), e os deputados Euclides Scalco (PR), Antonio Brito (RS) e Jorge Hage (BA), na presença do governador da Bahia, Waldir Pires, denuncia o desvio do PMDB de suas "bandeiras de luta". Coloca como ponto máximo desse distanciamento a votação em que foi aprovado o sistema presidencialista, pois a bancada, apesar de estar livre para decidir sobre o assunto, acabou aprovando uma emenda que trazia embutido o mandato de cinco anos, contrariando o programa do partido.

O texto do documento não faz qualquer tipo de crítica severa ao desempenho político e econômico do Governo Sarney. Considerado superficial o texto ainda não conseguiu a adesão de alguns parlamentares históricos como o deputado Francisco Pinto (BA). Ele e outros dez deputados baianos vão analisar hoje a viabilidade de assinar um documento que "não provocará maiores consequências políticas senão a saída de alguns peemedebistas". Na opinião de Francisco Pinto, o texto deveria ser "mais contundente".

Deputados do RS pedem as diretas já

Porto Alegre — Cinquenta e dois dos cinquenta e cinco deputados estaduais gaúchos lançaram, ontem, manifesto conjunto defendendo a realização de eleições diretas à Presidência da República dia 22, em que deverão estar no palanque dirigentes e líderes nacionais do PDT, PFL, PT, PDS, PCB, PSB, PC do B, representantes da ala progressista do PMDB e mais as direções da CGT, CUT, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades.

"Será um comício histórico no País", assegurou o presidente regional do PCB, Domingos Todero, acrescentando que pela primeira vez, de fato, todos os partidos — "esquerda e direita" — estão unidos em torno "da mesma causa: as diretas-já". Só não assinaram o manifesto o presidente estadual do PMDB, deputado César Schirmer, e os deputados Solon Tavares e Tito, Lívio Jaeger, também peemedebistas.

STF arquiva habeas corpus pró-seis anos

O ministro Oscar Correa do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem arquivar o pedido de habeas corpus preventivo movido pelo advogado Zadyr Pinho Alves do Vale, do Rio de Janeiro, que pretendia defender o mandato de seis anos para o presidente José Sarney previsto na Constituição em vigor. Num curto despacho o ministro informa que decidiu indeferir o pedido, nos termos do regimento interno do STF, por considerá-lo "incabível em virtude da ausência de fundamentos que o viabilizem".

No documento o advogado alega que o presidente José Sarney estaria sofrendo coação pelo presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, para encurtar seu mandato em um ano. No entendimento do STF não houve, no caso, violação de direitos constitucionais do Presidente da República.